

A gênese do turismo em Cabo Frio ou, de como o Sol se sobrepôs ao Sal.

João Henrique de Oliveira Christovão

O turismo como “vocaçãõ”.

O turismo foi a última atividade econômica a ter lugar em Cabo Frio no século XX tornando-se, desde a década de 1980, a principal fonte de recursos da cidade. Sendo uma atividade econômica extremamente importante no mundo contemporâneo o turismo, como qualquer outra atividade humana, não se explica por si só e tampouco há, como muitos querem fazer crer, uma ‘vocaçãõ natural’ para o turismo, seja em Cabo Frio ou em qualquer outro lugar do mundo. A idéia de ‘vocaçãõ’ longe de ser uma construção de origem laica já teve por parte de especialistas uma defesa explícita. Em 1971 quando o turismo atravessava um período de consolidação no país e de elaboração teórica, do ponto de vista acadêmico, o professor Nestor de Oliveira afirmava que “80% dos turistas, vindos ao Brasil, se hospedam no Rio, o que demonstra a sua *vocaçãõ turística*”.¹ Na verdade o Rio de Janeiro era desde as décadas de 1920/30 o local turístico brasileiro por excelência. Contudo, isto está menos ligado a uma suposta vocaçãõ e muito mais ao conceito de capitalidade² e ao fato de praticamente não existir nesta época “outras cidades ou locais turísticos concorrentes”.³

A gênese do turismo em Cabo Frio.

A exuberância com que a natureza brindou Cabo Frio sempre foi motivo de admiração por parte dos viajantes e visitantes que por lá passaram nas mais diferentes épocas. São inúmeros os relatos sobre a região que buscam traduzir em palavras o encantamento destes viajantes pelas praias de finíssimas areias brancas e águas límpidas

¹ OLIVEIRA, Nestor In: BENHAMOU, François Charles. Turismo e veraneio nas regiões periféricas da metrópole carioca – Núcleo de Planejamento Urbano e Regional/PLANUR, 1971, p. v. Nestor de Oliveira era, à época, professor titular da FAU/EE-UFRJ e coordenador do PLANUR e esta afirmação foi feita no texto de apresentação do trabalho de Benhamou.

² Ver NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. In: *Brasil, acertai vossos ponteiros* – Museu de Astronomia e Ciências Afins – Rio de Janeiro: MAST, 1991.

³ CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI Jr, Álvaro e BARRETO, Margarita (orgs.). *Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica* – Campinas, SP: Papyrus, 2001, p. 120.

bem como pelas duas principais atividades que ali se desenvolveram – o sal e a pesca. Citadas como parte de um cenário bucólico e da peculiaridade local, a pesca e o sal são parte importante da economia e da cultura daquele lugar. Na primeira metade do século XX aqueles que exaltavam as belezas da cidade eram, via de regra, os mesmos que corriam a se queixar da falta de infra-estrutura local.

“Terra que tanto contribue, pela sua produção, para as rendas federaes, é de lamentar não tenha encontrado, no Parlamento Nacional, quem, pela sua sorte, se interessasse, propondo medidas tendentes á melhorar os transportes. (...) Que admirável estação balneária seria Cabo Frio, - que a 120 kilometros de Niteroy, pode ser alcançada por trem de ferro, em menos de duas horas, tanto mais quanto o terreno, a percorrer, é de fácil trajecto, quase todo elle plano e enxuto. E dizer-se que o Estado, em varias administrações, tem feito concessões, algumas vezes onerosas para a construcção de estradas de ferro, sem que houvesse compellido, qualquer das companhias existentes, a levar, realmente, as suas linhas á mais velha das cidades fluminenses, ao município de Cabo Frio, cuja produção representa, em peso, quase vinte por cento de toda a produção do Estado”.⁴

Guttorm Hanssen cita uma passagem em que o escritor José Lins do Rego, voltando de Cabo Frio em 1938, mostra a sua insatisfação com a infra-estrutura ali encontrada:

Em 8 de maio de 1938 o escritor José Lins do Rego, regressando de uma temporada em Cabo Frio, lamenta num artigo de imprensa o estado da cidade, a falta de hotéis bons, de conforto, de tudo enfim. Termina seu artigo clamando por estradas de rodagem, por rodovias que mereçam este nome. Teria ele imaginado o quanto a rodovia asfaltada ia modificar todo o aspecto da região? Que ela chegaria mesmo a desfigurar em parte precisamente o que ele tanto enaltece em seu trabalho, os recantos mais agrestes e pitorescos?⁵

Se Rego mostra insatisfação, Hanssen lança um lamento pelas transformações pelas quais a cidade passaria nas décadas seguintes em função do turismo. Lamento, aliás, que é comum identificar nos moradores da cidade no que se refere a percepção que têm sobre as mudanças que a cidade sofreu ⁶. A falta de infra-estrutura era

⁴ VASCONCELOS, Clodomiro R. de (org.) Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922. Fotografias de Daniel Ribeiro. [Niterói: S.N.], 1922. Não paginado. Publicação comemorativa do Centenário da Independência.

⁵ HANSSEN, Guttorm. Cabo Frio: dos Tamoios à Alcalis – Rio de Janeiro: Ed. Achiamé Ltda., 1988. p. 208

⁶ No desenvolvimento desta pesquisa algumas entrevistas foram realizadas com a finalidade de identificar a percepção do morador sobre as mudanças ocorridas ali. Duas questões ficaram muito explícitas, o sentimento de perda e, paradoxalmente, a satisfação pelas oportunidades que o turismo trouxe.

percebida também pelo poder público, mas esse pouco fazia para alterar esta realidade. Da mesma forma que a indústria do sal aguardou por várias décadas uma solução efetiva para o seu problema de transporte, o turismo aguardaria ainda muito tempo até que viesse ter deste mesmo poder público a devida atenção. Amaral Peixoto falando sobre a sua atuação na área da educação no início da sua interventoria no estado do Rio de Janeiro afirmou que “quanto às colônias de férias, eu fazia o seguinte: no primeiro ano, fiz uma em Cabo Frio e outra em Friburgo. Meninos da Baixada eu levava para Friburgo, e os da serra eu trazia para o mar. A de Cabo Frio foi uma experiência muito arriscada, porque não havia nada em Cabo Frio”.⁷ De fato os primeiros movimentos turísticos no Brasil pouco tinham a ver com aquilo que Cabo Frio tinha a oferecer no momento, mas que posteriormente seria fundamental, ou seja, a exuberância de suas praias. Benhamou afirma que “as estações balneárias não eram frequentadas no passado porque o costume de se tomar banho de mar ainda não havia penetrado na sociedade, além do fato de se contentarem os cariocas com as praias da capital”.⁸ Apesar da cidade do Rio de Janeiro ser a ‘porta de entrada’ para o turismo brasileiro, como vimos acima, as preferências turísticas na primeira metade do século XX estavam voltadas para as regiões serranas e não para as praias. Seguindo um modelo europeu de turismo como atividade econômica, este se desenhava a partir da interação com a natureza através de parques ou estações de águas, muitas vezes acompanhada da existência de cassinos como entretenimento. Em 1937 foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia e em 1939 foi a vez do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.⁹ Enquanto as regiões de praia não recebiam nenhum investimento nesta área, por não atraírem o público, as regiões serranas desfrutavam de benefícios fiscais e de garantias.

“Com o objetivo de incrementar o turismo nas cidades serranas, Amaral Peixoto concedeu benefícios fiscais para a construção de hotéis como o Higino, em Teresópolis, e o Quitandinha, em Petrópolis, que receberam ainda o monopólio da exploração do jogo em cada uma das cidades. O contrato com o Quitandinha foi assinado em setembro de 1940 e estabelecia em uma

⁷ Depoimento de Amaral Peixoto In: MOREIRA, Regina da Luz. Tempos de Amaral – Niterói: Imprensa Oficial, 2005, p. 44.

⁸ BENHAMOU, François Charles. Turismo e veraneio nas regiões periféricas da metrópole carioca – Núcleo de Planejamento Urbano e Regional/PLANUR, 1971, p. 16.

⁹ Neste mesmo ano foi criado no Paraná o Parque Nacional do Iguaçu. TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. Cronologia do turismo no Brasil. Campinas: CTI/TERRA, 1991, pp. 25-6.

de suas cláusulas o pagamento de indenização da obra pelo estado, caso o jogo fosse proibido. Em abril de 1946 o presidente Eurico Gaspar Dutra decretaria o fechamento dos cassinos levando o proprietário do Quitandinha a requerer do governo a compra do imóvel pelo valor efetivamente despendido, e não pelo montante fixado no contrato, que era inferior”.¹⁰

A idéia da praia como destinação turística começa a ser construída a partir do fim da 2ª Guerra Mundial. O turismo internacional que havia sido suspenso durante o confronto e que em grande medida estava associado a descanso e cultura renasce sob uma nova perspectiva. Celso Castro analisa como essa mudança se dá em relação ao Rio de Janeiro, mais especificamente como a representação disso se dá nas produções cinematográficas sobre a cidade do Rio de Janeiro de uma forma bastante perspicaz. Segundo o autor passa a haver uma maior valorização dos aspectos naturais bem como uma maior exploração de personagens populares e da sensualidade dos mesmos. “Isso coincide com um processo histórico mais amplo que levou ao culto ao corpo, ao banho de mar e ao bronzado, o que fez com que as cidades com praias – dentre elas o Rio – tornassem-se destinações turísticas importantes”.¹¹ Apesar de toda a beleza e de toda a peculiaridade local, que hoje estimula uma corrente específica do turismo, este só veio a ter lugar em Cabo Frio, efetivamente, a partir da década de 1960, e mesmo assim de forma ainda muito incipiente. O que havia antes disso na cidade talvez seja o que poderíamos chamar aqui de pré-turismo, utilizando a terminologia de Sérgio Molina¹².

A chegada da estrada de ferro em 1937 e a rodovia Amaral Peixoto no início da década de 1940 foram os primeiros meios que possibilitaram a ida de visitantes com frequência regular a Cabo Frio. É nesse período de pré-turismo, com as mudanças de perspectiva em relação à praia, que a atividade do turismo começa a se tornar possível na cidade. A partir da década de 1950 D. Nilza, pioneira da indústria de ‘moda-praia’, começou a fazer as primeiras sungas e biquínis para os poucos veranistas que em Cabo Frio apareciam. Mesmo no Rio de Janeiro, capital federal, ‘porta de entrada’, expressão e síntese do país o turismo ainda era uma novidade. No final da década de 1950, a escritora Rachel de Queiroz assim se referia ao turismo:

¹⁰ MOREIRA, Regina da Luz. *Tempos de Amaral – Niterói*: Imprensa Oficial, 2005, p. 47.

¹¹ CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI Jr, Álvaro e BARRETO, Margarita (orgs.). *Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica* – Campinas, SP: Papyrus, 2001, pp. 123.

¹² O termo pré-turismo é por nós aqui utilizado no sentido de não haver até esse momento um fluxo contínuo de turistas, infra-estrutura e nem uma política específica voltada para esta atividade na região.

“Poder-se-á alegar então que cuidar de turismo num tempo em que todo mundo passa fome é uma futilidade. Mas isso são outros quinhentos mil-réis. Mesmo porque, turismo já não é mais brincadeira, é indústria, e por toda parte rende dólares aos milhões. O daqui não rende porque ainda não há; turismo houvesse, dando dinheiro, quem sabe se poderia com ele urbanizar as favelas? Embora eu duvide que, depois de apanhar o cobre, a turma fosse se lembrar de favelado. Diriam logo que era pitoresco, que as favelas são uma tradição da Cidade...”¹³

Em Cabo Frio, até este momento – década de 1950 – os poucos turistas que apareciam na cidade eram, na sua maioria, membros da alta burguesia carioca e membros da classe artística nacional. Em geral hospedavam-se nas casas simples dos pescadores que muitas vezes eram adquiridas logo em seguida. Abel Beranger nos conta que “Cabo Frio conserva suas ruas primitivas com seus portões coloniais na parte antiga, enquanto novos bairros se levantam com residências confortáveis e algumas suntuosas. Turistas há que preferem restaurar casas primitivas”¹⁴. Entre estes novos bairros de que nos fala Beranger estavam o Portinho e a Ogiva que, originalmente, eram áreas de salinas e local de residência de pescadores. É exatamente na Ogiva que D. Nilza dá início à confecção de biquínis que mais tarde ficariam famosos em todo o mundo.

“Eu morava aqui na Gamboa, me casei novinha com 15 anos. Aí meu marido foi pro exército e as minhas irmãs trabalhavam na Ogiva e aí conheceram Tônia Carrero. Eu comecei com Tônia Carreiro, desmanchando os biquínis dela e fabricando. Aí eu desmanchava as peças, eu não entendia nada de costura, desmanchava as peças, tirava o molde e aí costurava tudo de novo. Assim eu fazia, aí eu entregava a peça e ela nem sabia que eu desmanchei.”¹⁵

Os turistas que procuravam Cabo Frio nesse período possuíam alto poder aquisitivo e buscavam reproduzir neste ‘pitoresco’ lugar as condições de vida a que estavam acostumados em seus lugares de origem. As residências de pescadores localizadas à beira mar ou à beira da lagoa eram adquiridas por valores irrisórios e ali eram construídas casas que destoavam da arquitetura simples das residências do lugar existentes até então. Escrevendo em 1957, Lysia Bernardes registra a chegada do

¹³ Coluna de Rachel de Queiroz na revista O Cruzeiro, 31 de outubro de 1959 Três assuntos cariocas.

¹⁴ BERANGER, Abel F. Dados Históricos de Cabo Frio – Cabo Frio: PROCAF, 1993, p. 51. (1ª edição, 1962).

¹⁵ Entrevista concedida pela D. Nilza em 11/11/2010.

turismo e, assim como Hilton Massa¹⁶, mostra que até então apenas poucas mudanças tinham se processado na cidade.

“nos últimos anos, surgiu, e está se desenvolvendo com grande rapidez, uma nova atividade, a indústria do turismo. Possui a região paisagens de rara e variada beleza às margens da lagoa e nas enseadas de Cabo Frio, sendo, além disso, um local excepcional para os banhos de mar e a pesca, especialmente a submarina. (...) no seu conjunto, no entanto, não perdeu sua fisionomia de velha cidade que, embora datando do período colonial, não possui belos edifícios a testemunhar uma antiga opulência e sim um casario modesto, índice de uma evolução lenta, alheia aos grandes ciclos econômicos de nossa história”.¹⁷

Esta aparente perenidade e a tranquilidade característica da pequena vila de pescadores assistiria um processo de intensa mudança nos anos seguintes. Até 1960 a cidade não havia sofrido modificações significativas em seu centro urbano, apesar disso já era possível perceber a influência dos turistas no dia-a-dia da pequena cidade. É novamente Rachel de Queiroz, escrevendo em 1962, quem nos conta que,

“Ando por Cabo Frio matando saudades. Continua a velha cidade com o seu encanto antiquado, embora não tão tranqüila como nos recordamos que era. A malta indisciplinada dos turistas enche tudo, e onde há turista há desordem e barulho. É esse, aliás, o preço que pagam pela sua principal fonte de renda as cidades que vivem do turismo: os seus habitantes tem que se habituar aos turistas, suas pompas e suas obras. Console-se, pois, Cabo Frio, lembrando que Paris, Veneza, Roma, Florença e outras irmãs ilustres, todas tem que se haver com esse mal indispensável – que é praticamente o seu pão de cada dia. (...) Mas se não aturarem as má-criações dos turistas, as cidades de turismo não podem sobreviver – e, portanto, aturam-nos. Mas até mesmo essa paciência digamos profissional tem um limite – como aconteceu também, por estes dias lá mesmo em Cabo Frio; quase lincham um jovem tresloucado que atravessou a rua principal com o carro a 120 km. Passou naquela chispa, suscitando gritos e ameaças – e por desaforo ainda voltou calmamente e estacionou na praça. Foi aí que o pessoal o apanhou e, se os guardas não intervêm, levava uma boa surra e muito bem merecida”.¹⁸

No início da década de 1960 um acontecimento incomum teve lugar em Cabo Frio e contribuiu para a geração de uma série de ‘propagandas gratuitas’ para a cidade colocando Cabo Frio, definitivamente no mapa dos destinos turísticos do país e do mundo. A atriz francesa Brigitte Bardot ao visitar Cabo Frio em 1962 e 1964 (no início e no final do ano) causou um verdadeiro alvoroço na imprensa nacional. As principais

¹⁶ Ver MASSA, Hilton. Cabo Frio: Nossa Terra, Nossa Gente... – Rio de Janeiro: DINIGRAF, 2ª ed., 1996, p.93.

¹⁷ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, pp. 140-2.

¹⁸ Coluna de Rachel de Queiroz, Revista O Cruzeiro – 27.01.1962. Cabo Frio e Ermelinda

publicações do país (Jornal do Brasil, O Globo, O Cruzeiro, Manchete e Fatos & Fotos, entre outras) mantiveram por diversas semanas a atriz, e por conseguinte Cabo Frio, como manchete de suas edições. O Jornal do Brasil na sua edição de 27 e 28 de dezembro de 1964, por ocasião da terceira visita da atriz ao distrito de Armação dos Búzios, sob a manchete “Um mito na realidade” publicou o seguinte em suas páginas:

“Despojada das paisagens que as outras praias de Cabo Frio oferecem, Búzios é uma velha colônia de pescadores com algumas casas separadas por uma rua poeirenta e mal iluminada. Dois botequins são o ponto de reunião da comunidade. Apresenta apenas a tranqüilidade e a beleza primitiva da vida de seus personagens, os caiçaras, pescadores que se põem ao mar com o nascer do sol e voltam ao entardecer”.¹⁹

Apesar das palavras pouco elogiosas à cidade nesta edição específica do jornal, Cabo Frio de uma maneira geral e Búzios em particular, ganharam uma enorme exposição nacional e passaram a atrair a atenção e olhares de pessoas de todas as partes do Brasil e do mundo. Percebendo a importância deste acontecimento, o prefeito da cidade – Antônio de Macedo Castro – aproveitou a oportunidade e concedeu à atriz, além do título de cidadã cabofriense, um terreno na praia da Armação dos Búzios. Apesar de não ter conseguido registrar a entrega do título de cidadã e o de propriedade do terreno à atriz com a presença dos fotógrafos, o feito já havia sido devidamente capitalizado pelo poder público que soube aproveitar o momento e associar ao máximo a imagem da cidade à idéia de um refúgio paradisíaco²⁰.

Um pouco antes, ainda na década de 1950, assim que descobriu Cabo Frio, a elite carioca acostumada a grandes e luxuosos clubes tratou logo de criar os seus. Espaços privados com localização privilegiada, estes clubes eram locais onde estes turistas podiam reproduzir um estilo de vida próprio, bem diverso dos moradores da cidade, com quem o contato acabava sendo muito pequeno. Atraídos pelas águas claras e pela abundância de peixes para a prática da pesca de linha e submarina, o clube era o suporte necessário num lugar aonde não havia suporte nenhum. Em 16 de fevereiro de 1951 a Companhia Industrial Odeon S. A. lavrou em cartório a escritura de doação de um terreno para a construção da subsede do Iate Clube do Rio de Janeiro em Cabo Frio. Com isso os empresários que fizeram a doação atingiam dois objetivos: criavam uma

¹⁹ Jornal do Brasil, 27 e 28/12/1964, p. 8.

²⁰ Jornal do Brasil, 27 e 28/12/1964, p. 8.

estrutura de lazer própria, que atendia às suas necessidades, e estimulavam o interesse imobiliário na região.

“entre os empresários doadores estavam nossos fundadores Octávio Reis, Eugenio Honold, Renato e Luiz da Rocha Miranda, que tinham, naturalmente, o duplo propósito de beneficiar o clube e de gerar progresso para a área destarte valorizando suas operações imobiliárias na região”.²¹

Até então os sócios mantinham-se em seus barcos nas suas investidas em busca dos peixes da região, contando com pouco apoio em terra para o desenvolvimento da principal atividade, que era a pesca. Além da pesca submarina, a pesca oceânica também atraía para Cabo Frio aqueles pescadores que podiam a ela se dedicar. Raymundo Castro Maya, principal incentivador da pesca oceânica na região, foi o responsável pela captura dos primeiros ‘bicudos’ em Cabo Frio. A bordo de seu barco, o Nemesis, Castro Maya colocou a cidade na rota da pesca oceânica mundial a partir de 15 de janeiro de 1955²². No rastro do ICRJ foram criados mais 3 clubes náuticos em Cabo Frio. Em fevereiro de 1958 foi criado o Clube do Canal, localizado no bairro do Portinho e frequentado principalmente pelos turistas que naquele bairro mantinham suas casas de veraneio. Em 31 de dezembro de 1960 foi a vez do Clube Náutico de Cabo Frio, localizado na Ogiva e, finalmente, fundado em 1964 e inaugurado em 1968, foi a vez do Costa Azul Iate Clube, localizado no início do bairro da Gamboa, logo na descida da ponte Feliciano Sodré. Estes clubes tinham em comum, além do tipo de lazer a que se destinavam – pesca e vela –, o perfil de seus associados, poucos e abastados turistas que possuíam belas residências nos novos bairros que surgiam na cidade. É esta elite carioca, que elege Cabo Frio como destino turístico para as suas atividades de lazer, a responsável primeira pela associação da imagem de Cabo Frio ao sol e a praia, criando e divulgando assim uma imagem edênica da região.

Acostumados à simplicidade dos clubes locais de forte apelo cívico e tradição familiar os moradores da cidade viam surgir um modo de vida completamente novo. Os dois únicos clubes da cidade até então eram o Tamoyo Esporte Clube e a Sociedade Musical Santa Helena, emblematicamente criados em datas de grande importância cívica para a comunidade. Fundado em 13 de novembro de 1915 – data do tricentenário

²¹ BARROSO, Hélio. Na praia da saudade: A História do Iate Clube do Rio de Janeiro – 1920-2005 – Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, pp. 244-5. Disponível em: http://www.icrj.com.br/livro_icrj/default.html

²² BARROSO, Hélio. op. cit. p. 252. Disponível em: http://www.icrj.com.br/livro_icrj/default.html

da cidade – o Tamoyo, até 1948, funcionava em um salão alugado ao lado da igreja Matriz²³. Fundado e frequentado pela elite política e econômica da cidade, o Tamoyo expressava os ideais deste grupo e, em certa medida, fundia através destes ideais os espaços público e privado. Para Beranger o Tamoyo é “motivo de orgulho da sociedade cabofriense e a sala de visitas do município”²⁴, enquanto Massa reproduz trechos d’A Columna, jornal de sua família, em que se lê, “Conjugadas, pois, as duas iniciativas, – a do atual prefeito e a do valoroso Tamoyo Esporte Clube, que há 15 anos se organizou para aumentar o valor cívico dos cabo-frienses, e erguê-lo para um novo surto de progresso (...)”²⁵. Mais que uma opção de lazer o Tamoyo simbolizava as aspirações e os ideais da elite local que em seus salões discutia os destinos da cidade. Contudo, na onda das inaugurações de clubes náuticos e influenciados pelo estilo de vida de uma elite requintada e exigente que se fazia cada vez mais presente na cidade, os sócios do Tamoyo fundaram em 1963 a sede náutica do clube. Construída na praia do Forte, próximo ao Forte São Matheus, a sede náutica do Tamoyo, ao contrário dos demais clubes náuticos, viria a ser desativada rapidamente. Na década de 1970 a sede já encontrava-se abandonada e em 1980 foi vendida.²⁶ Já a Sociedade Musical Santa Helena, fundada em 7 de setembro de 1937, por ser uma sociedade musical, sempre fez as vezes de Banda Oficial da cidade, e carinhosamente era chamada de “A Furiosa”. Paralelamente ao surgimento dos clubes náuticos eram criadas também as novas residências. A cidade assistia assim à substituição das antigas áreas de salina e de pesca pelas residências e espaço de lazer de uma nova classe social com quem passava a dividir seu espaço. Saindo da área central da cidade a expansão urbana dividiu-se em dois pólos, um de caráter mais popular com um comércio voltado para a população local – o bairro de São Cristovão – e outro com feições turísticas – os bairros da Ogiva e do Portinho. Segundo os Estudos para o Planejamento Municipal, este último

“apresenta formas tipicamente turísticas e recreacionais, servindo de apoio ao Centro tradicional e sendo muito freqüentado por turistas e veranistas. O comércio é de luxo, constituído por boutiques, boates, restaurantes de primeira qualidade, hotéis, clubes, etc”. (...) “o processo que gerou a

²³ Em 1948 o Tamoyo mudou-se para uma sede própria na Av. Nilo Peçanha, onde está até hoje.

²⁴ BERANGER, Abel F. op. cit. p. 79.

²⁵ A edição a que Massa se refere é a do dia 13 de julho de 1930. MASSA, Hilton. Cabo Frio: Nossa Terra, Nossa Gente... – Rio de Janeiro: DINIGRAF, 2ª ed., 1996, p. 167

²⁶ www.tamoyoesporteclube.com.br

ocupação da sede do município foi o resultado de rápida mudança funcional ocorrida nos últimos vinte anos, durante os quais o pequeno núcleo pesqueiro e salineiro se transformou em importante centro turístico do Estado”.²⁷

É este processo de ocupação o responsável pela rápida valorização do solo em Cabo Frio em função da especulação imobiliária que ali se estabelece. Essa valorização, contudo, não beneficia uma parte dos primitivos moradores, alguns dos quais vendem as suas casas a preços irrisórios. O uso turístico revela-se de grande importância na composição da paisagem urbana, junto com as casas e clubes começa a surgir toda uma infra-estrutura na cidade para atender a essa demanda. O número de hotéis aumenta significativamente nesse período. Em 1963²⁸ eram apenas cinco – com destaque para o Hotel Lido que era localizado em frente a praia do Forte, no trecho que veio a ficar conhecido como praia do Lido – já em 1968 registrava-se a oferta de 162 quartos para hospedagem²⁹ e, em 1977 já havia “118 estabelecimentos destinados a alojamento e alimentação”³⁰. Em 1972 foi inaugurado o Malibu Palace Hotel que de imediato torna-se um ícone da arquitetura turística local, menos em função das suas linhas arquitetônicas e mais em função daquilo que ele representava. O Malibu era o mais sofisticado hotel da cidade até então e, assim como o Lido, possuía uma localização privilegiada de frente para o mar na principal praia da cidade. É também no início da década de 1970, na administração de Otton dos Santos, vulgarmente chamado de Timinho, que é construída a Moringa, o mais luxuoso condomínio de casas turísticas de Cabo Frio. Em pleno coração da cidade, no final da avenida Assunção – principal via da cidade e voltado para o canal do Itajuru, uma imensa área de mangue foi aterrada e loteada de forma que todas as casas possuíssem um deque que permitisse ancorar seus barcos. O loteamento da Moringa teve ao menos um efeito urbanístico que foi sentido de imediato pelos moradores da cidade, a avenida Assunção que até aquela data possuía calçamento apenas no trecho que ia da Igreja Matriz à casa do ex-prefeito Aracy

²⁷ Estudos para o Planejamento Municipal: Cabo Frio. FIDERJ – Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977, p. 29.

²⁸ Cabo Frio. Publicação do Departamento Estadual de Estatística, órgão da Secretaria de Administração Geral do Estado do Rio de Janeiro, 1963. p. 25.

²⁹ Dados do IBGE, apud BENHAMOU, François Charles. Turismo e veraneio nas regiões periféricas da metrópole carioca – Núcleo de Planejamento Urbano e Regional/PLANUR, 1971, p. 42.

³⁰ Estudos para o Planejamento Municipal: Cabo Frio. FIDERJ – Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977, p.26.

Machado³¹, recebeu a necessária infra-estrutura de luz, água, esgoto e asfalto em toda a sua extensão. Sem essas melhorias não seria viável a construção da Moringa. A cidade se moldava para atender às exigências desse novo grupo social – os turistas – e a população usufruía dos benefícios daí advindos.

A legislação municipal sobre o turismo

A década de 1950, além da mudança de perspectiva com relação aos destinos turísticos, é marcada também pela intervenção estatal nesta atividade. O turismo definitivamente ganha o status de política de Estado com a criação de órgãos e instituições que passam a normatizar o setor e a interferir diretamente na produção do espaço³². Em 1958 é criada a Combratur e a partir daí uma série de órgãos estaduais também são criados. No Rio de Janeiro é criada em 20 de março de 1961 a COTERJ – Comissão de Turismo do Estado do Rio de Janeiro através do Decreto nº 7.329.³³

A partir de 1959, a preocupação em estabelecer uma legislação específica para normatizar esta nova atividade passa a ter lugar também em Cabo Frio. Data daí as primeiras legislações por parte do poder público municipal com relação ao turismo e, também, o início das transformações pelas quais a cidade viria a passar em função desta nova atividade que mudaria completamente o seu perfil urbano e afetaria as relações sociais, econômicas e culturais que até então eram ali construídas. É neste momento – 1959 – que aparecem as primeiras resoluções³⁴ da Câmara de Vereadores do Município, atendendo a mensagens enviadas pelo Poder Executivo, no sentido de criar órgãos que se ocupassem diretamente desta nova atividade econômica. Como podemos perceber a partir da leitura das resoluções da Câmara, os órgãos criados vão se ocupar tanto da atividade turística, quanto do ordenamento urbano da cidade. Na verdade estas duas atividades fundem-se numa só e o turismo passa a desfrutar de um status que as demais atividades econômicas existentes na cidade até então, não possuíam. Tal reordenamento

³¹ A casa do ex-prefeito ficava próxima ao local onde ainda hoje está instalada a Câmara Municipal. Mais precisamente no quarteirão onde hoje está localizada a lanchonete Mc'Donalds.

³² BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo – São Paulo: Ed. Senac (12ª edição), 2007, p. 118.

³³ História Fluminense: Legislação; 1931/2001 – Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002, p. 77.

³⁴ Ver as resoluções da Câmara de Cabo Frio de nº 33 e nº 39 de 1959 e a de nº 15 de 1962 – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Cabo Frio.

passa a ser, ao contrário do que ocorria antes, uma necessidade, de modo que a cidade se adapte a esta nova atividade e não a atividade à cidade³⁵. Percebe-se que o que é levado em consideração para a viabilização desta nova atividade econômica não são os aspectos culturais, o passado colonial ou toda a história da cidade. O turismo se apresenta como algo novo, moderno, uma atividade que rompe com o passado e na qual o aspecto antigo da cidade, seus espaços de sociabilidade e de produção da riqueza até então, não atendem às novas necessidades. O turismo representa o moderno em oposição à pesca e às salinas, que representam o antigo. Desse modo ele se impõe economicamente e se sobrepõe espacialmente a estas antigas atividades.

A resolução nº33 de 23 de outubro de 1959 criou a Comissão Municipal de Planejamento e Turismo de Cabo Frio – COMUPLATUR – que estabeleceu no seu artigo 2º que o referido órgão se constituiria de técnicos em planejamento e turismo conhecedores dos problemas e possibilidades do município. Ainda que tal artigo careça de melhor definição/conceituação, o artigo 8º da mesma resolução se apressa em explicitar as possibilidades deste novo órgão. Ele afirma que “a COMUPLATUR será um órgão consultivo e coordenador podendo através de seus técnicos, (...), apreciar (...) trabalho sobre ante-projeto de leis, posturas, plano diretor, pedidos de licenças de edificação, loteamentos, etc.”. Ficava claro pela resolução que o turismo já dizia ao que vinha. Menos de um mês depois, em 19 de novembro de 1959, a resolução de nº 33 foi revogada pela de nº 39 que criou o Departamento Municipal de Turismo. O curto espaço de tempo entre as duas resoluções ao mesmo tempo em que demonstra a preocupação que passou a existir com esta nova atividade deixa transparecer que o poder público ainda não tinha muito claro o que esta atividade representava e de que forma deveria vir a normatizá-la. De qualquer forma, ainda que esta nova resolução também carecesse de uma melhor definição, é possível perceber mudanças sensíveis com relação à resolução anterior. A nova resolução define as finalidades do novo

³⁵ Ainda que a produção de sal tivesse um impacto significativo sobre a conformação do território do município ela, de certo modo, ocorria “fora dos muros da cidade” e pouco alterava as características do seu centro urbano. Também a pesca, ainda menos que o sal, pouco interferia nesta estrutura. “A atividade pesqueira entre a lagoa ou mar adentro necessita apenas de uma base em terra (muitas vezes na própria praia) e, quando muito, um entreposto”. (Beauclair, 1993, p. 23) Estando ambas ligadas à própria formação da cidade acabavam sendo, em certa medida, elas mesmas a medida da cidade. Deste modo, até a década de 1950 o sal e a pesca cresceram fazendo uso de um espaço urbano que atendia às suas necessidades, adaptando-se a ele de acordo com os seus interesses e pouco ou nada alterando o espaço deste centro urbano.

departamento criado – orientação, divulgação e proteção – no entanto, ela não especificava que tipo de ‘orientação, divulgação e proteção’ eram essas que se pretendia fazer. A preocupação municipal com o turismo de fato estava evidente, mas ainda se fazia necessário ser mais claro e mais específico. Em 1962 – dois anos e meio após a criação do Departamento Municipal de Turismo – a resolução de nº 15 de 13 de abril de 1962, a mais específica das três, deixa claro que o período do ‘amadorismo’³⁶ com relação ao turismo chegara ao fim em Cabo Frio. A partir daí, e ao longo das décadas de 1960 e 1970, o turismo passou a conviver com a produção de sal e a dividir com esta o status de principal atividade em relação à economia do município. Contudo, ainda que a produção de sal servisse como propaganda turística e que a imagem dos moinhos de vento e das pirâmides de sal, bem como a imagem de uma pacata vila de pescadores emprestassem à cidade um certo ar bucólico e pitoresco, este não era o foco sobre o qual o poder público construía a imagem da cidade como destino turístico.

Enquanto o turismo foi se consolidando como uma atividade ligada ao sol, à praia, ao lazer e à diversão; o sal e a pesca foram fazendo um percurso inverso e anunciando o seu declínio. A transição da economia salineira para a economia do turismo que tem lugar em Cabo Frio não é imediata e ao final da década de 1970 o turismo ainda continuava sendo uma atividade com muitas limitações, conforme nos mostra Hanssen:

(...) Todavia, segundo um relatório da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, datado de 1978, Cabo Frio continuava completamente desparelhado para oferecer diversões ou quaisquer atrativos aos veranistas. ‘Só tem a sua maravilhosa natureza’ – diz o relatório.³⁷

Mesmo que no início da década de 1960 o turismo ainda não respondesse economicamente de forma significativa para as receitas do município³⁸, ele passou a

³⁶ O termo ‘amadorismo’ está sendo aqui utilizado conforme o sentido atribuído pelo dicionário Koogan/Houaiss: AMADORISMO s.m. Regime ou prática oposta ao profissionalismo./Falta de técnica adequada à realização de um trabalho. KOOGAN/HOUAISS: Enciclopédia e Dicionário Ilustrado – Rio de Janeiro/RJ: Edições Delta, volume único, 1998. p.69. As resoluções anteriores (23 e 39 de 1959) tratam o assunto de uma maneira muito vaga, não fica claro quem são as pessoas que irão atuar nos órgãos criados e nem tampouco que cargos elas ocuparão. No nosso entender elas representam uma preocupação efetiva ao mesmo tempo que demonstram um imenso desconhecimento desta nova atividade que estava se impondo.

³⁷ HANSSEN, Guttorm. Cabo Frio: dos Tamoios à Alcalis – Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1988. p. 209

³⁸ Em publicação datada de 1963 o Departamento Estadual de Estatística lista os 30 estabelecimentos que

influir diretamente na organização deste e a interferir no desenvolvimento das demais atividades na medida em que passava a ‘desenhar’ uma cidade que viria a se adaptar às suas necessidades e não o contrário. Ao dar os seus primeiros passos no turismo, Cabo Frio ressaltava exatamente as suas condições climáticas e sua beleza natural, elementos que viriam a ser a base de toda a atividade turística da cidade, ao passo que a produção de sal e a pesca local iam paulatinamente desaparecendo.

É essa ‘maravilhosa natureza’ citada no relatório do Estado que o poder público municipal apresenta para justificar uma suposta ‘vocação natural’ da cidade para o turismo. Nesse sentido o turismo passa a ser associado à natureza local como se ele, ao contrário das demais atividades econ micas, não fosse historicamente construído. A menção que se faz ao sal e   pesca fica no plano do pitoresco, sem que consigamos identificar nenhuma política pública de incentivo, a partir da década de 1960, que visasse expandir ou mesmo preservar o que existia destas duas atividades na região.

Do sal ao sol – aspectos simbólicos da transição entre estas duas atividades

A atividade salineira fluminense que se mantinha viável economicamente graças, principalmente, às dificuldades encontradas pelo Rio Grande do Norte no processo de escoamento de seu produto³⁹, passa a enfrentar s rios problemas a partir do momento em que é inaugurado o porto de Areia Branca/RN. O porto foi inaugurado no dia 1  de març  de 1974 e a primeira operação ocorreu no dia 4 de setembro do mesmo ano, tendo sido investidos na construção deste porto a quantia de 35 milhões de d lares⁴⁰. O porto é uma construção de aço que mede cerca de 15 mil metros quadrados,

empregam 5 pessoas ou mais no município. Ali constam 1 cerâmica, 1 gráfica, 3 padarias, 1 pedreira, 20 salinas, 1 serraria, 1 indústria de pesca de baleia, a Cia. Nacional de álcalis e 1 indústria não definida (Indústria Beira da Praia). Nenhuma voltada para o ramo do turismo. Em 1970 já se percebe um aumento na participação do turismo na economia local, ver os Estudos para o Planejamento Municipal (1977) e BARBI RI, Evandro Biassi (nota 81).

³⁹ Ver CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira. *Do sal ao sol: A construção social da imagem do turismo em Cabo Frio*. Dissertação de Mestrado defendida na FFP/UERJ, Janeiro de 2011.

⁴⁰ FEMENICK, Tomislav R. O sal nosso de cada dia V: A Ilha de Aço. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 21/10/2007; *Tribuna do Norte*, Natal, 21/10/2007. Não há informação nesta publicação a respeito do fato deste valor ter sido ou não atualizado.

encontra-se localizado a uma distância que atende tanto à Areia Branca quanto à Macau e foi a solução a tanto tempo esperada para o escoamento do sal potiguar.⁴¹

A inauguração do porto conclui uma etapa fundamental da história do sal no Brasil e fere de morte a indústria salineira fluminense. Até o final da década de 1970 o sal fluminense ainda iria auferir bons lucros e continuaria sendo de fundamental importância para a economia local, contudo, o seu fim já se anunciava e a atividade do turismo que até então dividira espaços com a produção de sal passou a avançar sobre as áreas salíferas.

O ano de 1974 marca, além da inauguração do Porto Ilha, a inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva, mais conhecida como Ponte Rio-Niterói. A inauguração da ponte era o elemento que faltava para o aumento do fluxo de turistas cariocas em direção a Cabo Frio que já nessa época despertava o interesse não apenas daqueles mais abastados, mas de uma classe média ávida pelo lazer turístico. Sendo parte de um plano de desenvolvimento do governo militar com o incremento da malha rodoviária. A construção da ponte diminui o tempo de deslocamento rodoviário até Cabo Frio, a partir da cidade do Rio de Janeiro, em ao menos uma hora de viagem, propiciando o aumento do turismo de final de semana, o que incentivaria a aquisição de imóveis em Cabo Frio por uma classe média carioca em ascensão a partir do período do Milagre Econômico (1968-1973).

Neste sentido, 1974 nos parece ser um ano emblemático no processo de transição que tem lugar em Cabo Frio. A transição econômica não se completa aí, ao contrário, a atividade salineira neste momento ainda se fazia presente na cidade e na região de uma maneira muito forte e o turismo, que vinha crescendo a passos céleres, ainda apresentava uma série de deficiências para atender à crescente demanda e demoraria alguns anos até se estabelecer como a principal atividade econômica da cidade.

Se o fim da indústria salineira local havia sido anunciado com a inauguração do Porto Ilha em 1974 e o turismo ganhara um impulso decisivo com a facilitação do transporte até a cidade propiciada pela inauguração da ponte Rio-Niterói, como defendemos aqui, na prática não houve nenhuma mudança de imediato. A demanda por

⁴¹ FEMENICK, Tomislav R. O sal nosso de cada dia V: A Ilha de Aço. Gazeta do Oeste, Mossoró, 21/10/2007; Tribuna do Norte, Natal, 21/10/2007. Disponível em: http://www.tomislav.com.br/artigos_imp.php?detalhe=&id=338

sal no Brasil neste período crescia de forma exponencial e a proximidade de Cabo Frio com os principais centros consumidores bem como o valor que era agregado pelo refino do produto garantiu uma fatia do mercado significativa até o final da década, de acordo com os dados da CES.

Não é o turismo o algoz da indústria salineira, não é ele que determina o seu fim, mas é ele que já na década de 1970 inicia um avanço célere sobre as áreas de salina, sobretudo as mais centrais, deixando clara a oposição entre dois diferentes projetos para a cidade. A convivência pacífica que havia até então deixa de existir e as antigas áreas de salina começam a ser disputadas pelos diversos empreendimentos imobiliários na região. Os interesses dos grupos que defendem um projeto turístico para a cidade⁴² baseado na sua beleza natural tornam-se hegemônicos e é na propaganda que eles encontram um instrumento para legitimar tal projeto, buscando assim atingir seus objetivos. A propaganda exerce um papel fundamental na construção de uma dada imagem da cidade. É através da propaganda que determinadas áreas da cidade são selecionadas como ícones, construindo assim uma hierarquia espacial na qual vai se sedimentando determinada representação da cidade e determinada memória. Até a década de 1970, de acordo com Barbiéri⁴³, enquanto o turismo buscava se firmar como a principal atividade econômica do município, o sal ainda respondia pela maior parte das atividades da região. Neste processo de substituição, estas duas atividades mostraram-se, por fim, incompatíveis dentro do território cabofriense, uma vez que importantes áreas de salinas a beira mar e da lagoa passaram a ser desejadas e disputadas pela atividade turística em sua faceta de ocupação imobiliária do espaço da cidade. O turismo passou, então, a agir como atividade *predatória* da indústria salineira, já não era mais viável dividir os mesmos espaços.

O sol se sobrepõe ao sal e define as estratégias a serem adotadas a partir de então. O desafio está em percorrer os muitos rastros para desvendar esses caminhos.

⁴² Neste grupo estão principalmente os empreendedores imobiliários, as construtoras e os prestadores de serviço como hotéis, restaurantes e lojas.

⁴³ Ver nota nº